

Estudo Técnico Preliminar 2/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23066.001078/2024-68

2. Descrição da necessidade

Em primeiro lugar, é necessário compreender que os leilões públicos consistem em uma modalidade de venda de bens, seja de veículos, imóveis, máquinas ou qualquer outro tipo de patrimônio do Estado. Essa forma de alienação permite que a administração pública se desfaça de bens que não são mais necessários ou que não estejam sendo utilizados, gerando assim recursos financeiros que podem ser reinvestidos em áreas prioritárias, como saúde, educação, segurança e infraestrutura. Nesse contexto, o leiloeiro desempenha um papel fundamental ao utilizar sua expertise e conhecimento técnico para conduzi-lo, garantindo uma venda justa e benéfica para todos os envolvidos.

A importância de se contratar um leiloeiro para realizar leilões públicos é um tema relevante em diversas áreas, como a gestão de patrimônio público e a eficiência na venda de bens, sendo de extrema importância de interesse público, uma vez que essa prática representa um mecanismo que proporciona transparência e legalidade aos processos de alienação desses ativos. Ao contratar um leiloeiro, a administração pública garante a realização da hasta pública por um profissional especializado e legalmente habilitado.

Outro ponto importante é que a contratação de leiloeiro também contribui para aumentar a competitividade nas licitações. Ao realizar um leilão público, diversos potenciais compradores podem participar, o que possibilita maior leque de propostas e um valor de venda mais próximo do preço de mercado. Essa competitividade também beneficia o interesse público, pois garante que os bens sejam vendidos pelo melhor preço possível.

É relevante ressaltar que a contratação de leiloeiros para realizar hastas públicas não apenas atende aos interesses do Estado, mas também dos próprios cidadãos. Por meio dessa prática, é possível oferecer oportunidades para pequenos empresários, empreendedores individuais e compradores em geral para adquirirem bens a preços mais acessíveis, seja para uso próprio, revenda ou investimento. Isso estimula a economia local e proporciona um ambiente propício para o desenvolvimento de negócios.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Núcleo de Gerenciamento de Patrimônio/CMP	Denilson Luís Silva de Souza

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos e documentações necessários para a contratação do leiloeiro são os seguintes:

1. Ser maior de 25 anos, cidadão brasileiro e estar em pleno gozo dos direitos civis e políticos (Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932);
2. Possuir capacidade técnica para exercer a profissão de leiloeiro, comprovada através de certificado de conclusão do curso de leiloeiro ministrado por uma entidade de ensino reconhecida ou por experiência comprovada no ramo;
3. Estar inscrito no órgão responsável pelo controle e fiscalização da profissão de leiloeiro, que no caso da Bahia é a Junta Comercial do Estado da Bahia e apresentar Carteira de Exercício Profissional válida;
4. Apresentar documentos pessoais como cópia do RG, CPF, comprovante de residência, que são necessários para a inscrição no órgão competente;
5. Apresentar declaração de antecedentes criminais negativa, emitida pelos órgãos competentes, conforme o decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932;

6. Possuir sítio eletrônico adequado à realização da hasta pública conforme art. 31, § 2º, inc. IV da lei 14.133 c/c artigos 3º e 4º do decreto 11.461/2023 (pois no momento da edição deste documento não havia sido criado o Sistema de Leilão Eletrônico pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos), contendo minimamente as seguintes informações:

- 6.1. Apresentação dos lotes;
- 6.2. Relação dos bens que compõem cada lote, acompanhada das correspondentes fotografias;
- 6.3. Especificações técnicas relevantes sobre os bens e seu estado de conservação;
- 6.4. Preço do bem ou do lote;
- 6.5. Viabilize a participação de interessados via WEB com os diversos recursos de segurança, tais como: senhas, criptografia, e autenticação, além de lances em tempo real;
- 6.6. Não permita a aceitação de dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 6.7. A cada lance ofertado, via internet, informar imediatamente o participante de seu recebimento e respectivo valor, ou seja, durante o transcurso da sessão pública, os participantes deverão ser informados, em “tempo real”, do valor dos lances registrados. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;

7. Estejam cadastrados e habilitados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto nº 3.722/01, alterado pelo Decreto nº 4.485/02 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG, nº 3/2018;

8. Pagar as taxas exigidas pelo órgão competente para a emissão da carteira de leiloeiro.

Assim como não será admitida nesta licitação a participação de leiloeiros:

1. que se encontram em processo ou em situação de insolvência civil;
2. quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
3. que estejam suspensos pela Junta Comercial do Estado da Bahia;
4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
5. servidores ou dirigentes da UFBA, assim como seus parentes até o 3º grau;
6. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

Além da documentação legal exigida, os leiloeiros interessados em participar do pregão deverão também apresentar comprovação de já terem realizado leilão de bens móveis anteriormente, por meio de atestado de capacidade técnico-operacional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual comprove que a licitante prestou ou está prestando de forma satisfatória o serviço, devidamente assinado.

O objeto atende ao princípio da padronização, considerando a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho, pois o serviço da contratação foi definido por código de serviço constante no Catálogo Nacional de Bens e Serviços (CNBS) do SIASG.

Ainda, o serviço se enquadra na classificação de natureza comum, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/21, pois será prestado por leiloeiro devidamente matriculado na Junta Comercial do Estado da Bahia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado. Bem como, não se enquadra como bem de luxo (art. 20 de Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.818/2021).

5. Levantamento de Mercado

Conforme o artigo 31 da lei 14.133/2021, em seu caput: "O leilão poderá ser cometido a leiloeiro oficial ou a servidor designado pela autoridade competente da Administração, e regulamento deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais", portanto, o agente público pode escolher entre essas opções para a realização de um leilão público.

Para a Universidade Federal da Bahia, a opção de se utilizar um servidor designado pela Autoridade competente não seria célere, já que é necessário investimento tanto em tempo quanto financeiro para que um servidor possa conduzir um leilão, uma vez que não há no momento servidor capacitado para a devida função. Também não é a mais viável pois a pessoa não possuiria tanta experiência quanto um leiloeiro que já atue no mercado, o qual conhece bem os trâmites e pode auxiliar a Administração a ampliar a competitividade com o seu conhecimento de mercado.

Portanto, em primeira instância, optou-se por contratar um leiloeiro oficial, dentre essas possibilidades previstas em lei. Ademais, as unidades da UFBA estão em constante atualização de seus bens móveis devido à utilização excessiva, obsolescência, por serem muitas unidades, portanto o volume de material que é descartado é demasiado e não há disponibilidade de galpão para o armazenamento de tamanho volume de inservíveis por um período muito grande, o que enseja a necessidade de leilões em tempo hábil para que não seja acumulado muito material. Estes motivos associados à rotatividade de servidores, levam a UFBA optar pela segunda opção fornecida pelo referido artigo.

Ainda, de acordo com o § 1º do artigo 31 da lei 14.133/2021: "Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, (...)", portanto foram pesquisadas as possibilidades de se realizar os procedimentos listados em rol taxativo pela nova lei de licitações.

Conforme imputa o decreto 11.461/2023 (dispõe sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica), em seu artigo 6º estipula que deve ser utilizado o credenciamento, realizado por meio do que imputa o artigo 7º conforme segue:

Art. 6º Na hipótese de realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, sua seleção será mediante credenciamento.

(...)

Art. 7º O credenciamento de que trata o art. 6º será realizado exclusivamente pela Central de Compras da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos para adesão pelos órgãos e pelas entidades.

Porém, o referido sistema ou sítio eletrônico citado pelo artigo 7º ainda não está em funcionamento. Portanto, seguindo o estipulado pela lei 14.133/2021, a única opção viável no momento torna-se a realização de um pregão.

6. Descrição da solução como um todo

Após o "Levantamento de Mercado", conclui-se que a única opção viável no momento estipulada pela nova lei de licitações e contratos administrativos (lei 14.133/2021) é a realização de pregão convencional e eletrônico para a contratação do serviço de leiloeiro oficial.

A referida lei em seu artigo 6º, inciso XLI estipula que leilão é a "modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;". Dentre as opções dispostas neste inciso, a única opção dada pelo legislador é estipulada na mesma lei em seu artigo 31, § 1º:

Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade pregão e adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.

Portanto, nessa ocasião deve ser realizado pregão pelo critério de julgamento maior desconto para a comissão a ser cobrada.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Prezando pela celeridade e eficiência do certame, optou-se por contratar um leiloeiro para conduzir os trabalhos pertinentes a todos os itens constantes no mesmo instrumento convocatório. Assim, haverá um item para a contratação de leiloeiro para conduzir leilão de bens móveis inservíveis (modalidade online a ser executado através da plataforma virtual do leiloeiro e local de entrega dos bens no galpão de bens inservíveis da UFBA sito `Rua Barão de Jeremoabo, SN, prédio da Escola de Música -em construção-, Campus UFBA Ondina, Salvador - Bahia), assim como um item para contratação de leiloeiro para conduzir leilão de bens semoventes (Modalidade presencial a ser executado na Fazenda Experimental da EMVZ/UFBA, Entre Rios, Bahia, CEP 48180-000), conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIPAC/ CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviços de leiloeiro oficial, para atuar na preparação, organização e condução de leilão público destinado à alienação de bens móveis considerados inservíveis pelas unidades da Universidade Federal da Bahia.	3604000000004/ 3972	UNIDADE	1	R\$ 5,00	R\$ 5,00
2	Contratação de serviços de leiloeiro oficial, para atuar na preparação, organização e condução de leilão público destinado à alienação de bens semoventes considerados inservíveis pelas unidades da Universidade Federal da Bahia.	3604000000004/ 3972	UNIDADE	1	R\$ 5,00	R\$ 5,00

Ainda, com base em predileção, utilizando-se de registros de leilões passados realizados pela Universidade Federal da Bahia (constantes dos processos 23066.006798/2020-96, 23066.071655/2022-17 e 23066.047347/2022-71 do SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos), provou-se ser de maior economicidade, pois é necessário menos recursos (que já são escassos) e praticidade (ao concentrar as atividades pertinentes ao mesmo objeto em um executor), facilitando até mesmo a *accountability*.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 10,00

O decreto 11.461/2023 em seu artigo 6º, § 1º, estipula que o parâmetro máximo para a taxa de comissão a ser paga pelos arrematantes é de cinco por cento do valor do bem arrematado.

Ainda, pela lei 14.133/2021 em seu 1º do artigo 31 estima que o parâmetro máximo para o pagamento ao leiloeiro será o percentual definido na lei que regula a referida profissão, qual seja o decreto 21.981/1932, o qual em seu artigo 24 versa: "(...) Em falta de estipulação prévia, regulará a taxa de 5% (cinco por cento), sobre moveis, mercadorias, joias e outros efeitos e a de 3 % (três por cento), sobre bens imoveis de qualquer natureza".

Por uma limitação do sistema compras.gov, não é possível colocar o valor percentual, mesmo para licitações cujo critério seja o menor desconto. Já que num leilão é possível que um lote seja arrematado por um valor maior do que o que foi avaliado, caso se colocasse o valor estimado em pesquisa de mercado para os lotes, poderia ensejar em desavença por parte do leiloeiro. Nesse contexto, para ser mais didático e para melhor compreensão dos

participantes, aumentando a celeridade e eficiência para o certame, o administrador optou por estimar o valor fictício de R\$ 5,00 (cinco reais) o qual corresponde na verdade ao desconto de 5% (cinco por cento).

Portanto, os licitantes devem interpretar “maior desconto” como “menor taxa de comissão paga ao leiloeiro pelo arrematante”. Sagra-se-á vencedor deste certame o licitante que oferecer o “maior percentual de desconto sobre a taxa de comissão paga ao leiloeiro pelo arrematante”, ou seja, “a menor taxa de comissão a ser paga pelo arrematante”. Nesse contexto, foi criada a tabela a seguir, a qual estabelece algumas correlações entre os valores dos lances e os percentuais de taxa de comissão a ser paga ao leiloeiro pelo arrematante para melhor elucidação:

Exemplo de Desconto

Proposta/Lance (Percentual de Desconto)	Taxa de Comissão paga ao leiloeiro pelo arrematante
0%	5,0%
10%	4,5%
20%	4,0%
30%	3,5%
40%	3,0%
50%	2,5%
60%	2,0%
70%	1,5%
80%	1,0%
90%	0,5%
100%	0,0%

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Opta-se pelo parcelamento visto que será contratado um leiloeiro para a realização de um leilão, portanto em havendo somente dois itens, então a adjudicação desse pregão será por item.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Não houve planejamento, pois a contratação desse serviço não gerará ônus à Administração Pública, já que o leiloeiro é remunerado diretamente pelos arrematantes dos lotes e não pelos cofres públicos.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios de se contratar um leiloeiro para a hasta pública da Universidade Federal da Bahia incluem:

Experiência e conhecimento especializado: Leiloeiros profissionais têm um profundo conhecimento dos mercados e setores específicos em que trabalham, o que lhes permite avaliar corretamente os itens a serem leiloados e obter os melhores preços para a Administração Pública;

Promoção do evento: Leiloeiros têm acesso a uma rede extensa de compradores, o que aumenta a visibilidade e exposição do leilão. Isso resulta em um leque maior de participantes, o que pode levar a lances mais competitivos;

Valorização adequada dos itens: Leiloeiros têm a habilidade de avaliar corretamente o valor dos itens a serem leiloados com base em seu conhecimento do mercado. Isso ajuda a garantir que a Administração Pública não subestime ou superestime o valor dos itens, maximizando assim o retorno financeiro;

Execução profissional do evento: Um leiloeiro profissional garante que o leilão seja realizado de forma eficiente e profissional. Eles são responsáveis por conduzir o evento, gerenciar os lances, garantir pagamentos adequados e fornecer documentação legal e fiscal;

Confiabilidade: Um leiloeiro profissional fornece uma relação comercial transparente e de confiança entre a Administração Pública e os compradores. Isso ajuda a gerar credibilidade e aumentar a confiança dos compradores, resultando em lances mais competitivos.

Eficiência, eficácia e efetividade: A contratação de um leiloeiro elimina a necessidade de a Administração Pública lidar diretamente com o processo de venda. O leiloeiro cuida de todas as etapas necessárias, o que economiza tempo e esforço da Administração Pública, permitindo que os servidores, os quais são poucos, possam se concentrar em outras atividades, gerando valor para a sociedade.

Expertise legal e fiscal: Os leiloeiros geralmente têm conhecimento profundo das leis e regulamentos aplicáveis a leilões públicos. Isso os capacita a fornecer orientação e cumprir todas as exigências legais e fiscais durante o processo de leilão.

Valorização e liquidez: Os leiloeiros têm a capacidade de atrair um grande número de compradores interessados em adquirir itens específicos. Isso aumenta a liquidez dos itens e permite que a Administração Pública obtenha o melhor valor possível no momento da venda.

13. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Cumprido salientar que não são reconhecidos impactos ambientais diretamente oriundos da contratação de um leiloeiro. Esse item se aplica ao Leilão, o qual será objeto de outro edital, no qual constará os critérios de sustentabilidade específicos para o caso de se realizar leilão de bens inservíveis. Serão observados os impactos indiretos da contratação do leiloeiro, pois a licitação pública está relacionada diretamente com a sustentabilidade, já que é responsável por reaproveitar diversos tipos de bens, materiais, sucatas, peças, entre outros; evitando, assim, que esses materiais sejam descartados na natureza.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade da contratação de um leiloeiro para leilões públicos se verifica por oferecer benefícios substanciais para a Administração Pública, garantindo economicidade com avaliação adequada, transparência pela maior visibilidade, eficácia com o retorno financeiro otimizado, eficiência e efetividade ao economizar recursos e confiabilidade ao ter experiência profissional.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DENILSON LUIS SILVA DE SOUZA

Equipe de Planejamento da Contratação

MARCO ANTONIO SOUZA COSTA

Equipe de Planejamento da Contratação



Emitido em 10/04/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) Nº 33/2024 - CMP/PROAD (12.01.10)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 11/04/2024 11:32)

DENILSON LUIS SILVA DE SOUZA

CHEFE - TITULAR

NUPAT/CMP (12.01.10.05)

Matrícula: ###074#8

(Assinado eletronicamente em 11/04/2024 15:29)

MARCO ANTONIO SOUZA COSTA

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

NUPAT/CMP (12.01.10.05)

Matrícula: ###40#7

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **33**, ano: **2024**, tipo: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**, data de emissão: **10/04/2024** e o código de verificação: **f25d388034**